



Beatriz Gonçalves dos Santos

**Trajetórias e Narrativas de Gênero durante a Ditadura
Militar brasileira**

Monografia apresentada ao Departamento
de História da PUC-Rio como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de
Licenciada em História

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro 01 de dezembro de 2017

Para as mulheres que me inspiram diariamente,
Mônica, Mazé e Jurema.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu pai Roberto Santos e minha mãe Mônica Gonçalves dos Santos que sempre acreditaram no poder da educação e se esforçaram ao máximo para que seus três filhos tivessem acesso as melhores instituições de Ensino. Não só agradeço pela educação que me foi dada, mas também por todo amor e acolhimento que me proporcionam ao longo de toda a minha vida, eu sou eternamente grata por ter vocês na minha vida.

Agradeço a minha avó Jurema Gomes Gonçalves que sempre foi um exemplo de professora e educadora. Disposta a ensinar, a cuidar e a proteger todos seus alunos, fazendo isso com muito carinho. Agradeço pelo meu avô Ronaldo, minha inspiração da vida, minha alma gêmea, meu grande herói.

Agradeço a todos meus amigos de caminhada que estiveram do meu lado nos melhores e piores momentos da vida, como Julia Bitello, Sara Paixão, Júlia Vianna, Maria Fernanda (minha Nanda) e aos meus amigos de faculdade que, sem eles, esses cinco anos não teriam sido tão bons, como Dani, Renata e Patrícia.

Agradeço aos mestres que tiveram importância fundamental na minha caminhada como o professor Ilmar Mattos, como meu grande exemplo de professor dedicado, que coloca o aluno como centro do processo de Ensino Aprendizagem. Maísa (Maria Elisa Noronha) como professora que ensina com amor, se preocupando com nossa vida acadêmica e pessoal, assim como Iamara Vianna que com tão pouco tempo de convivência mostrou que se tornar professora é se tornar responsável por cada ser que se encontra dentro e fora da sala de aula.

Agradeço especialmente a minha orientadora Larissa Rosa, que mesmo com duas lindas crianças recém-nascidas em casa, esteve dedicada a todo o processo de produção da pesquisa, sempre me incentivando caminhar por conta própria.

Agradeço imensamente aos funcionários do Departamento de História da PUC-Rio que, além de serem os principais fornecedores de café, também eram as pessoas mais acolhedoras que poderia se encontrar. Sempre dispostos a nos ajudar e acalmar nossas aflições, obrigada Cláudio, Anair e Cleusinha por todo esse amor.

Por fim gostaria de agradecer a Márcia Basseto e Ana Nogueira que, com grande paciência, se dispuseram a ser entrevistadas por mim. Espero que a trajetória de vocês possa inspirar mais mulheres como me inspirou, vocês puderam me mostrar o que é de fato resistir dentro de uma sociedade que ainda subjetiva a mulher.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar, interpretar e explorar as experiências individuais e coletivas de mulheres universitárias durante a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa busca entender as relações de gênero estabelecidas desde o âmbito familiar, passando pela universidade, militância até as práticas de torturas atribuídas a esses sujeitos no momento de suas prisões. Este trabalho se propõe, também, a entender o processo de proletarização dentro da resistência contra a Ditadura Militar e seus efeitos dentro da vida de cada mulher analisada.

Palavras-chaves:

Narrativas de gênero; Ditadura Militar brasileira; Violência de gênero; Proletarização.

Sumário

Introdução	06
Capítulo 1 – Trajetórias e Narrativas de Gênero	09
1.1. Mulheres, militantes, estudantes	09
1.2. Gênero: uma categoria necessária para análise histórica	15
Capítulo 2 – Da teoria aos meios de produção	26
2.1. O processo de Proletarização na mudança da Ação Política	26
2.2. Experiências do cárcere através da Violência de Gênero	40
Conclusão	51
Bibliografia	54

Introdução

Este trabalho tem como objetivo a análise da experiência histórica de Nilce Cardoso, Ana Nogueira e Márcia Basseto. Três militantes do movimento de esquerda da oposição política da Ditadura Militar brasileira de 1964. Essas mulheres compartilham de uma trajetória similar em alguns momentos e em outros se distanciam. Ana e Márcia, por exemplo, participaram da mesma organização política chamada Liga Operária e Nilce Cardoso se organizou a partir da Ação Popular.

O interesse de direcionar o olhar historiográfico acerca da Ditadura Militar para essas militantes está relacionado a buscar entender a experiência a partir de um objeto comum as três: o olhar de gênero. É impossível e indissociável conceber as narrativas de mulheres no Brasil de 1964 sem entender o papel que esta sociedade designava a estas agentes. Portanto, mais do que inserir estas mulheres em um mundo com suas tensões políticas, busca-se compreender como o mundo concebe essas mulheres e como estas reagirão frente a essas tensões.

O arcabouço metodológico que será usado ao longo deste trabalho envolve desde fontes oficiais, fornecidas pelo Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro e o acervo online do Brasil Nunca Mais, que contarão com documentos provenientes da Polícia Política e dos órgãos legais da Ditadura Militar. Além disso, o trabalho privilegiará as fontes orais que foram recolhidas ao longo da pesquisa. A autora pôde entrevistar Márcia Basseto e Ana Nogueira, enquanto os relatos de Nilce Cardoso foram recolhidos pela historiadora Susel Rosa no livro *Mulheres, ditaduras e memórias – “não imagine que precise ser triste para ser militante”*.

O período que será aprofundado aqui será a partir de 1968 até 1980, abarcando a trajetória das três militantes. É neste sentido que os capítulos e subcapítulos serão divididos de maneira cronológica. No primeiro, intitulado “Trajetórias e Narrativas de Gênero” apresentará as militantes a partir de suas vidas no meio universitário até o momento em que se organizarão politicamente. Além disto, o capítulo conta com análises historiográficas acerca do conceito de Gênero no Brasil.

Já no segundo capítulo intitulado “Da teoria aos meios de produção” busca abarcar as vivências das militantes no momento em que decidem se proletarizar, ou seja, se tornarem operárias fabris, com intuito de “construir” uma consciência de classe aos trabalhadores. Esta ideia será colocada em questão afim de buscar mostrar que a mobilização entre os operários era algo que já estava em curso, fazendo com que a relação entre universitário e trabalhadores fabris seja muito mais horizontalizada do que verticalizada.

Além da experiência nas fábricas como operárias proletarizadas, será abordado o momento em que estas militantes serão presas e a sua experiência dentro do cárcere como mulheres. Essa análise representará a culminância de diversas práticas patriarcais já experimentadas em outras situações, como nas organizações políticas e no mundo fabril. No entanto, quando o Estado detém essas mulheres, ele busca dominar também seus corpos e suas mentes.

O momento político enfrentado pelos militantes a partir de 1968 começou a se complicar com a decretação do Ato Institucional N°5, no qual instituiu a supressão, quando necessário, e o controle total das garantias constitucionais, fazendo com que as prisões, as torturas, as sessões de interrogatórios se tornassem cada vez mais arbitrária.

É neste contexto que Nilce, Ana e Márcia enfrentaram o Estado ditatorial e se organizaram em grupos políticos. Além disto, vale ressaltar o crescimento dos movimentos operários na década que abarca 1968 a 1978. Este crescimento está ligado a forma na qual a luta armada foi derrotada pelo regime, fazendo com que as lideranças dos sindicatos que se encontravam na ilegalidade se mobilizassem cada vez mais para frear a perda de direitos dos trabalhadores, que se tornava mais constante.

É a partir do crescimento do movimento operário que jovens universitários passam a ver uma outra saída à repressão, que não envolvesse a luta armada. Esta saída culminou em processos em massa de proletarização de universitários, fazendo com que os estudantes saíssem de suas faculdades e se unissem aos proletários. Não dissociadas dessa nova forma de resistência, a carioca Ana Nogueira, a Gaúcha Nilce Cardoso e a paulista Márcia Basseto migram para as cidades fabris, principalmente, as do interior paulista, na qual o movimento dos metalúrgicos crescia significativamente.

Por meio de suas vivências, suas novas rotinas e novos companheiros de luta, este trabalho busca analisar a forma como essas militantes vão buscando se encaixar nesse “mundo”, totalmente diferente da antiga realidade delas e como que lidarão com o fato de ser mulher operária. Além disso, este trabalho analisa o momento em que as três jovens são levadas a prisão e como se dá esse momento de, literalmente, resistência física e psicológica.

Capítulo 1 – Trajetórias e Narrativas de Gênero

1.1 Mulheres, militantes, estudantes.

Primeiro, quando eu entrei na Rhodia eu morava no centro de São Paulo com o Ronaldo que hoje é meu marido, era um inferno. Pegava trem, imagina, classe média, eu tinha um cabelo deste tamanho, tinha que prender tudo, mudar meu jeito de vestir, tinha que estar na esteira sete da manhã sentada e de uniforme e as meninas que trabalhavam na minha sessão eram garotas novas como eu e geralmente moravam ali em Santo André e eram filhas de operários, então era muito difícil fazer política ali. Era um horror. Na Rhodia você tinha cinco minutos pra ir no banheiro de manhã e cinco minutos a tarde, oito horas de jornada, não acabava nunca. Era um horror, eu geralmente tinha reunião até tarde então era uma vida dupla, de militante, tinha dia que eu dormia na esteira e as meninas ficavam bravas comigo¹

A fala acima da ex-militante Márcia Basseto, da organização política intitulada Liga Operária, é um exemplo dentro de diversas experiências que este trabalho procura apontar, como a relação entre operárias e universitárias durante os anos de 1970 no Brasil. O depoimento de Márcia não se pode entender como uma fala única e representante da experiência de todas as mulheres proletarizadas, esta análise equivocada reduziria a participação de cada mulher à uma militância que deve ser analisada de forma individual. Além disso, busca-se analisar a participação de mulheres proletarizadas durante o período de 1968 até 1979

Neste primeiro capítulo, portanto, será analisado a vivência política de três mulheres até o seu momento de militância dentro das fábricas. No segundo capítulo pretende-se refletir sobre o processo de proletarização e as experiências individuais da militância política dessas mulheres.

É importante explicar e apresentar essas militantes e algumas questões que guiam este estudo: quem foram? Por que resolveram militar? Como se estabeleceram dentro de suas organizações políticas? E, como o “ser mulher” modificou as suas militâncias?

¹ Fala de Márcia Basseto Paes, em entrevista concedida para a autora no dia 12 de julho de 2017 em São Paulo.

Primeiro, será analisada a trajetória de Nilce Azevedo Cardoso, que iniciou sua vida acadêmica na USP no mesmo ano em que se consolidou o golpe civil-militar no Brasil, em 1964. Vinda de uma família de classe média, na qual sua mãe era professora e seu pai, inspetor². Quando ingressou na universidade, associou-se à JUC³ afim de trabalhar com educação de base, dando aulas de matemática em favelas e em bairros pobres. Com sua militância, Nilce, logo, tornou-se dirigente da JUC, sendo convidada a participar da organização Ação Popular (AP).⁴

Nilce possuía uma vida tripla: militava, estudava e lecionava. Além disso, a Ação Popular passou a adotar o processo de proletarização como centro de sua militância, na qual Nilce participava, inicialmente, da resistência estudantil, passando depois a “célula de serviço”, na qual tinha como incumbência maior fazer conexão entre os diretores da AP e vigiar as reuniões da organização.

Fui-me jogando de cabeça, cada vez acreditando mais que havia muito a ser feito. Quanto mais atos a ditadura editava mais eu ficava convencida de que teríamos que fazer algo.⁵

Cabe apontar que, durante a sua participação na “célula de serviço”⁶, Nilce mudou a sua forma de militar, aprendendo a “tornar-se invisível”, essa questão será abordada mais especificamente ao longo deste capítulo. Mas essa sua invisibilidade será usada, necessariamente, durante a sua experiência de proletarização em 1968 nas fábricas do ABC paulista e em 1969 no Rio Grande do Sul.

Outra trajetória a ser analisada é a de Ana Maria Nogueira. A sua militância foi influenciada, principalmente pela sua mãe, Maria Luiza Nogueira que militava pela igreja protestante, na qual participava dos grupos de ajuda contra o golpe civil-militar, abrigando perseguidos políticos em sua própria casa. Durante o ginásio, por volta de 1968 a 1971, no colégio André Mauróis, Ana Nogueira já participava de grupos de estudos e ação política, chamado “Grupos de Periferias”, com função,

² Todas as informações acerca de Nilce Cardoso foram encontradas no Arquivo do Estado de São Paulo, no acervo do DEOPS e no livro de Susel Oliveira Rosa *Mulheres, ditaduras e memórias – não imagine que precise ser triste para ser militante*.

³ Juventude Universitária Católica.

⁴ Criado em 1962, a Ação Popular possuía, em sua maioria, ex integrantes da JUC.

⁵ ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo, FAPESP, 2013, p.31

⁶ As “células de serviço” eram espaços clandestinos de reunião de militantes para organização de ações contra a Ditadura Militar.

principalmente, de ajudar os membros de organizações clandestinas, como no exemplo que ela cita:

Quando alguém precisava roubar um banco, eu ia com alguém e a gente ficava fingindo que a gente tava morando, pra fazer o levantamento, ver os horários dos guardas, por que assim, eu tinha cara de criança, eu ainda não era maior de idade. Quando precisava esconder alguém eu arrumava um apartamento, ajudava as pessoas, fazia esse tipo de coisa.⁷

Ao entrar na PUC em 1972, Ana associou-se ao “braço legal” da Aliança Libertadora Nacional⁸ organizando eventos e encontros para angariar fundos necessários ao mantimento da organização, como por exemplo, uma viagem que a militante fez à Bahia ao encontro de Gilberto Gil, afim de solicitar que o cantor fizesse um show no Rio de Janeiro.

A sua participação em redes de apoio ao movimento estudantil fez com que no mesmo ano que ingressou na faculdade, a militante fosse presa pela primeira vez. Ela foi levada para a Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. A primeira experiência de Ana Nogueira na prisão foi de grande intensidade e violência o que gerou, com a sua soltura, um breve afastamento do movimento estudantil, retomado, apenas em 1974, não mais para PUC, mas agora na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Inserida na UFF, em História, Ana associou-se à Liga Operária, uma organização trotskista. No Rio de Janeiro, a LO possuía uma organização bem disciplinada e democrática, com reuniões semanais e discussões sobre suas atuações, fazendo com que essa organização se tornasse majoritária no movimento estudantil da UFF.

Além de estudante de História, militante na Liga Operária, Ana Nogueira também trabalhava como revisora de textos na Embrafilme, ou seja, assim como Nilce Cardoso, Ana possuía uma jornada tripla de trabalho. Além do Rio de Janeiro, a LO possuía uma intensa mobilização de estudantes em São Paulo, nos quais

⁷ Entrevista concedida à autora no dia 09/09/17 via Skype.

⁸ ALN – Organização Revolucionária criada por Carlos Marighela em 1968 com princípios leninistas e ênfase na luta armada.

defendiam, por seus princípios trotskistas, a proletarização desses universitários. Ana, assim como outros militantes, foi levada para as fábricas no interior paulista.

A gente não foi por que quis, foi uma situação no qual um grupo de São Pulo tinha sido preso (referência ao grupo de Celso Bambrilla e Márcia Basseto, da USP) e duas pessoas precisaram ficar escondidas no Rio e ficaram na minha casa, que eu morava com uma amiga. Eles ficaram lá um tempo e colocaram essa questão (proletarização) no partido. Falaram “olha, vocês têm a opção de voltar com eles pra São Paulo, eles vão ficar clandestinos e vocês vão trabalhar em fábrica” (...) a gente achou que podia ser uma coisa muito boa e participar de um movimento de ascensão (referência ao crescimento do movimento dos metalúrgicos).

A última personagem que se busca analisar é Márcia Basseto Paes, nascida em São Paulo e vinda de família de classe média. Márcia viveu o golpe de Estado apenas com quatro anos de idade e foi sentir, de fato, a repressão a partir da sua adolescência na qual estudou no Instituto Estadual Alberto Levy e teve suas primeiras experiências com a militância.

Fui militante estudantil lá, tive aulas com professores da USP, como Mariana Chauí, ou seja, era uma escola muito organizada (...). No ginásio a gente já se colocava contra, inclusive as medidas da reforma do ensino que a gente tinha essa consciência, quando implantaram educação moral e cívica, a escola não mudou de uma vez, foi aos poucos, mas a gente já tinha essa consciência sim, já lia bastante, tive professoras que foram muito positivas, dentro do próprio colégio.⁹

Assim como Ana Nogueira, Márcia Basseto ingressou na Faculdade de História afim de militar e se preparar na resistência à ditadura, entrando na USP em 1976, onde pôde ter acesso a uma variedade de organizações políticas, mesmo o DCE estando, ainda na ilegalidade. No entanto, a geração de Márcia Basseto adentrava a militância de uma forma diferente. Vale lembrar, que com o surgimento da luta armada a partir do AI-5¹⁰, os movimentos estudantis perderam diversos companheiros mortos, perseguidos e desaparecidos. Portanto, diversas

⁹ Entrevista de Márcia Basseto concedida a autora no dia 12 de julho de 2017 em São Paulo.

¹⁰ Ato Institucional No5: decretado no dia 13 de dezembro de 1968 no qual reafirmava o AI-1 e AI-2 e traz como novidade a sua vigência por prazo indeterminado e garante de forma permanente o controle e a suspensão de garantias individuais constitucionais.

organizações passaram a repensar a atuação da luta armada e buscar maneiras diferentes daquela para militar.

A inserção de Márcia na organização Liga Operária veio da escolha de militar dentro de uma esquerda diferente da esquerda tradicional do PCB e dos militantes da luta armada. Ainda uma organização muito pequena a LO era remanescente da quarta internacional trotskista, pensando pelo argentino Mariano Moreno. Segundo o relatório produzido pelo Setor de Análise de Operações e Informações de São Paulo a Liga Operária é traduzida em:

Organização subversivo-terrorista, que indubitavelmente era sua concepção ideológica, tendências puramente trotskistas. Sua posição política podemos transcrever através da elaboração do documento "DEBATE POLÍTICO" (editado na época (1970), pela VLP (dissidência VAL-PALMARES) e GPH (Grupo Político Revolucionário). Nesse documento fixaram sua posição de influir nos pontos capitais do processo "Revolucionário Brasileiro", constituindo-se em sua vanguarda; afirmam nesse documento a necessidade veemente de superação do "foquismo" e das causas que o engendraram e pela necessidade de aprofundar as questões doutrinárias e políticas. Em sua concepção de vanguarda, a organização julga da mais alta importância a "**vinculação orgânica ao proletariado**", a fim de dirigir sua luta econômica, política e ideológica, que a condição básica dessa luta! a ligação da classe operária (potencialmente forte), com sua vanguarda política (em formação) que se encontra atualmente muito fracionada.

Márcia, assim como Nilce Cardoso e Ana Nogueira, se voluntariou dentro de sua organização ao processo de militar nas fábricas do interior paulista, sendo necessário passar pela proletarianização e abandono da vida universitária, trancando sua matrícula na USP.

Portanto, o que essas três mulheres possuem em comum? Sem sombra de dúvidas, pode-se observar que a entrada no meio universitário consolidou e abriu diversos caminhos para a atuação política de cada uma. Nilce Cardoso e Márcia Basseto, estudantes da USP e Ana Nogueira da PUC do Rio de Janeiro e depois na UFF, onde intensificou a sua militância. Essa inserção na vida política através dos movimentos estudantis expressam o resultado de um movimento que se intensificou com o fechamento legal da UNE (União Nacional dos Estudantes).

É necessário fazer um panorama histórico do movimento estudantil, que aqui será referenciado como ME. Logo após a instauração da Ditadura Militar um

dos principais setores diretamente reprimidos foi o ME, não só pela sua força política de oposição, mas, também pelo seu envolvimento e crescimento no governo de João Goulart. A chamada “Operação Limpeza”, que Maria Helena Alves cita no seu livro *Estado e Oposição no Brasil*, será o meio de ação que o Estado utilizará para “expurgar” a oposição¹¹.

O ME foi alvo desta operação desde o início da ditadura. O Ministério da Educação conduziu diversas reformas curriculares e de corpo docente, sendo responsável diretamente pelas contratações e demissões de professores no meio acadêmico. Além desta interferência, o Ministério instaurou os CEIS (Comissão Especial de Investigação Sumária) em cada universidade, com intuito de ocupar os cargos administrativos e políticos com pessoas que fossem ligadas ao governo golpista.

A USP, palco de diversas manifestações estudantis e universidade de Márcia e Nilce chegou a ser invadida pelas tropas militares e teve um desmantelamento na área de Humanas, como História e Filosofia.

A coisa contra a ditadura, porque foi muito violenta, teve o impacto aqui na USP que caçou vários professores daqui de dentro, a minha tia (Sylvia Basseto) que dava aula aqui na história era orientanda da Emília Viotti da Costa e que foi cassada e precisou ir pros Estados Unidos de um dia pra noite, então assim, foi muito agressivo, e sempre com um ar, diferente doutros países, o Brasil sempre teve esse ar de normalidade, os militares falando que foi uma revolução, uma inversão de conceitos e da nomenclatura, passando um ar de legalidade¹²

Outra instituição que sofreu um grave ataque foi a UNE, na qual a lei de número 4.464 de novembro de 1964 colocava-a na ilegalidade, sendo substituída pelo Diretório Nacional do Estudantes no qual sofria interferência direta do governo. A extinção legal das entidades de representação do ME, não retraiu, no entanto, a sua participação de oposição. Diversas organizações e a própria UNE passaram a atuar na clandestinidade e de forma cada vez mais intensa.

¹¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro, EDUSC, 1984.

¹² Entrevista de Márcia Basseto concedida a autora no dia 12 de julho de 2017 em São Paulo.

Nilce Cardoso ingressa na universidade com esse cenário da “Operação Limpeza” iniciando, Ana Nogueira encontra uma universidade com seus movimentos sociais já ilegais e clandestinos e Márcia acompanha a consolidação das organizações políticas que tiveram um forte crescimento durante 1968 até 1972. Essas três mulheres experimentam, cada uma, momentos diferentes do ME e esses momentos são fundamentais para o entendimento de suas escolhas e atuações políticas. Essas três trajetórias encontram-se e distanciam-se diversas vezes. No entanto, um dos mais importantes encontros conceituais, para este trabalho, é a militância experimentada através do olhar, das vivências e dos desafios do ser mulher nos anos sessenta e setenta no Brasil. Por isso, será necessário fazer um panorama historiográfico do conceito de gênero e apontar de que forma Nilce, Ana e Márcia viveram a Ditadura Militar.

1.2. Gênero: uma categoria necessária para análise histórica¹³

Este subcapítulo está destinado a apresentar, pontuar, ponderar e justificar a utilização do recorte de Gênero para maior compreensão deste trabalho. É necessário a utilização deste conceito para relacionar a experiência da militância feminina contra a Ditadura de 1964 e como essa experiência está diretamente ligada a forma como mulheres são tratadas quando assumem um papel político. Para além disso, este conceito demarca uma construção de uma nova perspectiva de entendimento histórico, perspectiva na qual se propõe a questionar a forma do fazer histórico vigente do século XIX.

No artigo de Rachel Soihet e Joana Pedro intitulado *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e as Relações de Gênero* as autoras traçam o panorama historiográfico para entender o surgimento deste conceito. É compreendido que o surgimento da perspectiva social, através da Escola dos Annales possibilitou que o olhar do historiador se desfocasse dos grandes “feitos da humanidade”, nos quais seus sujeitos eram, em sua grande maioria, homens, brancos e europeus, de níveis sociais privilegiados e intelectualizados.

¹³ O título do capítulo faz referência ao artigo escrito por Joan Scott “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” publicado em 1989. Esta adaptação será justificada ao longo deste capítulo.

A construção de uma História escrita por sujeitos de seus próprios objetos de estudo¹⁴ apresenta, entre diversas questões, uma grande problemática: “O perigo de uma História única”¹⁵, na qual abafa a participação ativa de setores da sociedade que, já marginalizados, são reafirmados nesta posição pela História. A partir do início do século XX, os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre buscam analisar os acontecimentos, fatos e sujeitos a partir do olhar de uma micro história, uma História que dê conta de representar pessoas comuns vivendo em complexos contextos sociais, como cita Joana Pedro: “à medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia”¹⁶.

Nessa perspectiva, o estudo da História das Mulheres passou por diversos debates historiográficos. Em relação ao tipo de conceito que poderia ser utilizado, o termo Gênero foi aos poucos incorporado no vocabulário dessas historiadoras e historiadores. Joan Scott afirma que:

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados.¹⁷

Ou seja, o conceito de gênero pode ser utilizado para analisar os papéis atribuídos e incorporados pela sociedade a partir de uma diferenciação categórica. Pode-se entender que o Gênero traduz a demarcação política e social que cada indivíduo ocupa em uma sociedade hierárquica.

A substituição do termo História das Mulheres para a ideia de perspectiva de gênero delimita de forma clara que a autora ou autor busca analisar as disparidades políticas/sociais estabelecidas por uma forma de imposição de poder

¹⁴ Homens, brancos e europeus intelectuais escrevendo sobre homens, brancos e europeus intelectuais.

¹⁵ Fala de Chimamanda Ngozi Adichie á uma apresentação em 2009 ao TED Talk.

¹⁶ PEDRO, Joana; SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Rev. Bras. Hist.[online]. 2007, vol.27, n.54, p.284

¹⁷ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York, Columbia University Press, 1989, p.3

em relação não só a sexualidade, mas, também, aos espaços que cada sujeito ocupa. Ou seja, ao se falar de gênero, busca-se entender, por exemplo, a participação da mulher na Revolução Francesa e a não inserção desta na vida política quando esta sociedade se torna burguesa. A questão é entender de que maneira e proporção a sua posição social demarcada pelo seu sexo influencia a sua participação na vida política.

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. A ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade.¹⁸

É neste sentido que o surgimento e participação do movimento feminista contribuiu imensamente com a produção historiográfica. No sentido do qual, inicialmente, entendia-se a História das Mulheres como uma reanálise da história que possibilitaria ver a participação das mulheres em momentos importantes da história, no entanto, essencialmente, estas análises não interferiam de forma concreta nos acontecimentos.

Após um reconhecimento inicial, a maioria dos historiadores descartou a história das mulheres ou colocou-a em um domínio separado: “as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos concerne necessariamente”. Quanto à participação das mulheres na história, a reação foi de um interesse mínimo: “a compreensão de um determinado acontecimento, a Revolução Francesa, por exemplo, não mudou com a descoberta de que as mulheres dela participaram”. Esse tipo de reação encerra, segundo Scott, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais.¹⁹

As feministas passaram, portanto, a reivindicar não só a participação das mulheres no curso dos acontecimentos, mas também o entendimento de como essa

¹⁸ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos 1997, p.4

¹⁹ PEDRO, Joana; SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Rev. Bras. Hist.[online]. 2007, vol.27, n.54, p.289 e 290.

participação altera e subverte as lógicas sociais, culturais e políticas em relação a vida pública e privada. Vale ressaltar, no entanto, que a categoria Gênero não deve ser interpretada neste trabalho como algo homogêneo e universal. Ser mulher ou ser homem não delimita um objeto único. O movimento feminista contribuiu imensamente com o crescimento de produção historiográfica de gênero pois traz para o debate a questão das diferenças e da diversidade, especificamente aqui, de ser mulher.

Neste sentido, é importante a análise de Michelle Perrot pois, se faz necessária para se entender a estrutura construída de sociedade baseada na figura do homem, reproduzindo-se assim para o setor político, social, econômico e na construção narrativa da própria História. A figura do homem remete a idéia de ordem, de razão e esclarecimento enquanto a da mulher representa o mistério, o obscuro e o profano ou a mantenedora do espaço da casa e da família. A mulher é, portanto, construída baseada nessa ambivalência: mãe e santa ou profana e misteriosa.

Perrot pretende trabalhar em suas obras, junto com intelectuais feministas pujantes do século XX, as ações dessas mulheres na história, seus papéis, suas lutas, sem buscar igualá-la ao papel do homem, mas sim, estabelecendo suas especificidades dentro do mundo patriarcal que nele está inserida.

Quando a autora reflete sobre a mulher popular rebelde, principalmente da Europa do século XIX, ela deixa claro a falta de fontes (fundamentais para o trabalho do historiador) relacionadas à mulher. Como diz Perrot:

Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. (...) A carência de fontes diretas, ligadas a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?²⁰

É a partir da tese de Perrot sobre o apagamento da participação da mulher na sociedade, diretamente ligado a falta da presença desta na história, que este

²⁰ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra, ed:1 2017, p. 198

trabalho busca jogar à luz dos eventos da repressão política do Brasil em 1964 a participação ativa dessas mulheres e dar voz a debates historiográficos feministas que ainda são silenciados pela historiografia tradicional, dando importância e visibilidade a categoria de gênero através de atuações de resistência.

A vivência de um regime de Estado autoritário aumenta e colabora para reafirmação de uma sociedade estruturalmente patriarcal, ou seja, a experiência da Ditadura Militar será, sem dúvida, intensificada nos grupos sociais historicamente subalternos, assim como trabalhadores, camponeses, negros, indígenas e mulheres.

A participação da mulher na resistência estará concentrada em dois grandes campos necessários de se compreender: ser uma mulher da vida pública, ou seja, uma mulher que se afasta da lógica “mãe-esposa-dona de casa” e se envolve diretamente com assuntos essencialmente políticos; e a questão de ser mulher, em sua maioria, comunista, ou seja, ter seu posicionamento político ligado a uma ideologia que o regime autoritário estabelece como seu maior inimigo interno.

A posição das mulheres nas organizações urbanas e de lutas armadas também é de grande importância, já que através de relatos, pode-se perceber as diversas formas de se relacionar com outros agentes da esquerda e do regime. É no artigo de Maria Claudia Badan Ribeiro *As mulheres da Ação Libertadora Nacional* que se encontra no livro *Guerrilha e Revolução* organizado por Jean Salles, em 2015, que pode-se perceber a abertura da produção historiográfica no tema das mulheres.

A presença feminina na resistência à Ditadura Militar é constante e extremamente variável, mas no que tange a historiografia tradicional, ela é representada, em sua maioria, como uma presença cuidadosa, materna e solidária, ou seja, muitas vezes dando um apoio logístico à “verdadeira resistência”, feita por militantes homens. É no interior da ALN (Ação Libertadora Nacional) e da Liga Operária, no entanto, que diversas mulheres vão atuar de forma presente e ativa contra o regime autoritário.

Maria Claudia Ribeiro chama atenção para a desconstrução da ideia de que as funções burocráticas eram algo a ser considerado menos importante do que nas organizações de luta armada, mostrando que o papel mantenedor que algumas mulheres assumiam, tais como abrigar militantes que estavam na clandestinidade, entregar e receber cartas, transportar armas e assim por diante eram decisivos para

a resistência da ALN. A estrutura desta organização também favorecia seu caráter mais igualitário, possuindo uma administração mais horizontalizada.

A participação da mulher no movimento revolucionário desde o primeiro momento constitui, assim, uma garantia de êxito futuro, e uma arma terrível contra o conservadorismo e a vacilação. (...) Incorporando-se à revolução e à luta guerrilheira, aprendendo a disparar e adestrando-se nas tarefas de primeira linha, transportando tudo o que fosse necessário, emprestando em sua imensa capacidade de trabalho, poder de iniciativa e imaginação para desenvolver o apoio logístico, a mulher brasileira representa um elemento precioso na construção da vitória da causa da nossa libertação.²¹

Há de se pontuar neste capítulo, de forma mais aprofundada, a maneira como a militante era compreendida dentro dessas organizações e pelas forças repressivas. Pode-se observar no texto de Susel Rosa *Mulheres, ditaduras e memórias* a discussão do sujeito universal que as militantes deveriam assumir. A autora explica que esta perspectiva não era um consenso nas falas, mas predominava de maneira muito marcante.

A participação das mulheres na vida pública para lutar contra a ditadura militar que havia se estabelecido fez com que suas forma de agir e atuar tivessem que ser “canalizada” e substituída, no sentido de tranfigurar um “modelo universal de militante”²². Esse modelo era pautado pela militância, exclusivamente, masculina que levaria ao apagamento de gênero feminino e o enaltecimento de atitudes, formas de se relacionar e se militar masculinizadas.

Essa transmutação da mulher militante para militante universal reproduzia a forma patriarcal de se fazer política. Para ser ouvida, respeitada e merecedora dos princípios da luta, a mulher deveria esquecer suas sexualidade e, literalmente, se desprender de suas vestimentas e adereços. Aquela que continuasse se maquiando, se vestindo de forma feminina era, quase como automaticamente, afastada dos principais setores de luta, como cita “Vitor”, um militante da ALN:

Essa igualdade nunca existiu, até pelo sentimento do homem. O próprio companheiro vê a mulher e, claro, sente vontade de dormir com ela. (...) A mulher mais bonitinha, mais

²¹ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *As mulheres da Ação Libertadora Nacional* apud SALLES, Jean. *Guerrilha e Revolução*. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2015.

²² ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo, FAPESP, 2013.

bonequinha, não entrava, ficava mais de fora, e a mulher sapatona, feia e tal, principalmente da ala trotskista, tinha muito.²³

Essa fala, não só reproduz o pensamento dominante de uma sociedade notadamente machista mas coloca a mulher no campo da invisibilidade se esta deseja militar. Mas é importante destacar que mesmo ocorrendo essas atitudes de dentro das organizações de esquerdas, era oriunda delas também que nascia o movimento feminista. Essas mulheres, de dentro do espaço que ocupavam na militância, seja um espaço de destaque, seja em um espaço de inferioridade, aprenderam a militar, aprenderam, nos movimentos sociais, a fazer política e criaram formas de resistências, que proporcionaram o crescimento do movimento feminista brasileiro.

Ao longo da Ditadura, se inseridas nas organizações políticas, essas mulheres, muitas vezes deveriam se tornar invisíveis, não só pela atuação política, mas também pela clandestinidade, quando estas eram presas pelo aparato repressivo do regime militar, sua figura era interpretada de forma nada “universal”²⁴. A violência psicológica e física proporcionaram um desnude ligado diretamente ao gênero daquela militante. Este tópico, no entanto, será aprofundado no segundo capítulo.

Cabe, aqui, entender que o processo de proletarização, assim como, toda a resistência à ditadura será marcado de forma diferente nas mulheres. Desde a sua entrada nas organizações políticas e as formas de se relacionarem com seus companheiros, até a inserção dessas mulheres nas fábricas (e o modo como foram retratadas na história da resistência ao regime militar).

Ao se proletarizar a mulher sofria um processo de desarrumação, o que indicava uma grande problemática: o preconceito das classes médias em relação a classe trabalhadora e, principalmente, à mulher operária. Nos relatos de Márcia Basseto e Nilce Cardoso que fica claro esse preconceito. Nilce, em uma entrevista concedida a Susel Oliveira, relata que em uma candidatura a emprego em uma fábrica em Porto Alegre em 1969, seus companheiros sugeriram que ela fosse de

²³ COLLING, 1977 apud ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo, FAPESP, 2013 p.46-47

²⁴ Fazendo referência ao “militante universal” citado mais acima.

saia e chinelos “pois era assim que as operárias se vestiam”²⁵. No entanto, era inverno e, logicamente, nenhuma operária estava vestida desta forma no dia da entrevista, fazendo com que Nilce tivesse que voltar para casa para não congelar de frio.

Situações como essas eram comuns ao longo de toda a experiência da proletarizada, assim como estabeleciam-se formas específicas de tratamento para a operária. Os textos de Ridenti, Helena Hirata com Daniele Kergoat são importantes para esta breve análise acerca da posição da mulher operária na resistência à Ditadura Militar.

Escrito em 1993, o livro *O fantasma da revolução brasileira*, do autor Marcelo Ridenti e Jean Salles, traz uma profunda análise sobre as organizações políticas de esquerda durante a Ditadura Militar. É de especial atenção os subcapítulos nomeados “As esquerdas dentre os trabalhadores” e “As mulheres foram à luta”, nos quais, com acesso ao arquivo BNM (Brasil Nunca Mais) o autor consegue mapear os espaços de ação política de “trabalhadores de base”/ operários chegando à conclusão de que apenas 10% de todos os militantes processados judicialmente durante 1964 e 1974 faziam parte do mundo operário. Esse percentual mostra a dificuldade dos intelectuais militantes²⁶ de esquerda não só se inserirem ao meio industrial, mas também de estabelecer conexões para a luta revolucionária com os operários.

Por melhores que fossem as intenções dos universitários em apoiar os operários, a junção dos dois movimentos tinha poucas possibilidades de êxito. (...) Movimento estudantil e movimento operário possuíam cada um as suas próprias perspectivas, o que causava atritos. Seria um erro unir essas diferentes perspectivas, e os próprios militantes estavam cientes disso.²⁷

Marcelo Ridenti cataloga todas as organizações políticas que o operariado pertencia, sendo as de maior proporção, respectivamente: PCB (Partido Comunista Brasileiro), ALN (Ação Libertadora Nacional) e AP (Ação Popular). Pode-se

²⁵ ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo, FAPESP, 2013. p.44

²⁶ Cerca de 57,78% segundo o levantamento de Ridenti pelo BNM.

²⁷ LEITE, Isabel Cristina. *Guerrilha e Revolução – A luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FAPERJ, 2015. Página 47-48.

perceber que desses grupos, a ALN e AP haviam participado na guerrilhas e luta armada, mas o que nota-se é que dentro dessas organizações os trabalhadores ainda ocupavam funções operacionais ou de produções de armas²⁸.

No subcapítulo deste mesmo livro de Ridenti destinado a participação feminina em organizações políticas, pode-se perceber que apenas 1,7% são trabalhadoras manuais. Essa baixa participação se funda em algumas razões, umas delas era que as mulheres denunciadas e presas pelo regime não eram reconhecidas pelo sistema militar como trabalhadoras mas sim como mães ou esposas de combatentes, essas atribuições podem ser entendidas acerca do debate de Gênero feito acima. Já em grupos armados, o BNM revela nenhuma participação dessas operárias contrabalanceando com um número de 73% de mulheres das camadas médias intelectualizadas.²⁹

Pode-se perceber uma certa invisibilidade historiográfica da mulher operária. No entanto, o artigo *A classe operária tem dois sexos* de Helena Hirata e Daniele Kergoat tratam de forma clara como essa invisibilidade é construída. Se já se encontram diversas dificuldades de se contruir uma história da mulher, maiores são os desafios de se falar da mulher operária, de sua atuação em um ambiente extremamente masculinizado e desigual. É neste sentido que o artigo de Helena Hirata e Daniele Kergoat será, neste debate, tão importante.

Ao se estudar história do trabalho ou da classe operária, já se pressupõe que esta classe tenha apenas um gênero, o masculino. Mesmo quando essa suposição não é feita, assim, a historiografia trabalha com o trabalhador homem, um genuíno operário. São os trabalhos feministas do final do século XX e início do XXI que vão se adentrar ao estudo de gênero inserido no meio social, econômico, político e de trabalho. É neste sentido que o artigo *A classe operária tem dois sexos* tem tanto a contribuir com o projeto e dialogar com Michelle Perrot. Ambas autoras irão fazer a conexão entre as relações de classe e as relações de gênero, mostrando que dentro

²⁸ VENCESLAU, Paulo de Tarso, apud RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP. 1993.

²⁹ A pesquisa acerca das mulheres operárias é algo que, infelizmente, este trabalho não conseguirá dar conta, no entanto é de grande interesse da autora dar continuidade a este tema em outros trabalhos.

de cada uma há especificidades que não podem ser trabalhadas como algo homogêneo. Segundo as autoras:

As relações de classe e as relações de sexo são, portanto, relações estruturantes e fundamentais da sociedade em oposição a outras relações (professor/aluno médico/paciente jovens/velhos) que são relações contingentes. Entretanto o conceito de gênero (ou de sexo social) e de origem bem mais recente que o de classe social. As mulheres em *O Capital* não tem existência como sexo social, mas fazem parte com outras categorias sociais do exército de reserva industrial. A construção do conceito de gênero data dos anos 70 e os antropólogos e sociólogos que estudaram essa noção fizeram no quadro histórico do movimento das mulheres. As reivindicações desse movimento atestavam a que ponto a exploração conceito chave do marxismo e base da relação antagônica entre as classes era fundamentalmente insuficiente para mostrar a opressão sofrida pela mulher quanto as relações homem/mulher no seio da sociedade³⁰

Essa tese rebate a ideia de unidade dentro da classe operária, estabelecendo relação de poder que apenas a historiografia marxista tradicional, anterior aos anos de 1980, não dá conta. É a coabitação entre essas duas análises que permitem analisar, neste projeto, as relações de operárias na luta armada, mostrando que as relações de classe dentro das organizações políticas são, mesmo em ambientes mais politizados, ainda fortemente estabelecida. Mas junto com elas, as relações de gênero são vibrantes e significativas, no qual ficarão claras quando a análise das fontes deste projeto evidenciarão a disparidade quantitativa de presença operária masculina e feminina dentro da luta armada.

Focando nas mulheres intelectualizadas, é de chamar atenção a participação de Márcia Basseto, entrevistada no dia 12 de Julho de 2017 pela autora deste trabalho. Sua experiência apresenta fatores de enorme importância. Márcia Basseto começou sua militância através do Gremio Estudantil do Instituto Estadual Alberto Levy e sua trajetória de militante vai ganhar força através da sua filiação na organização Liga Operária, atuante na USP em meados de 1976. A história de Márcia é representativa no sentido de incluir aspectos necessários para a

³⁰ HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *A classe operária tem dois sexos*. Santa Catarina: UFSC, 1994, p. 94

construção deste trabalho: militante, mulher, proletarizada e vítima da repressão do Estado.

Entender a trajetória de Márcia Basseto, Nilce Cardoso, Ana Maria Nogueira e Maria José (ou Zezé) durante a repressão é entender que esta trajetória esta permeada de relatos e experiências resultante de uma categoria específica, a de “ser mulher”. “Ser mulher” militante tranforma a vivência usualmente conhecida da Ditadura Militar.

Lidar com opressão dentro das organizações políticas ou até mesmo, conquistar espaços de atuações efetivas e importância notória, como no caso de Zezé que presidiu a Liga Operária, ser presa e torturada em condições diferentes dos outros militantes homens é compreender que a Ditadura Militar tem significados diferentes para cada grupo social.

O segundo capítulo será destinado a compreender o processo de proletarização dessas mulheres de setores médios da sociedade, principalmente do meio acadêmico. Entender os motivos pelos quais Ana Nogueira, Márcia Basseto e Nilce Cardoso defendem e acreditam na importância da proletarização para a construção de um movimento de classe consciente para agir contra a repressão será o objeto deste próximo capítulo, junto a isso, será analisado o momento em que essas mulheres são presas pela repressão e torturadas, de forma que a violência aplicada por seus torturadores revelam a problemática de ser mulher militante.

Capítulo 2 – Da teoria aos meios de produção

2.1. O processo de Proletarização na mudança da Ação Política

Este capítulo será destinado a entender as trajetórias de Ana Nogueira, Márcia Basseto e Nilce Cardoso a partir da mudança de estratégia na ação política dessas universitárias. O deslocamento de seus campus universitários, onde assumiam papéis políticos dentro de suas organizações para o mundo fabril vai ser o objeto deste capítulo. É importante destacar que a análise vai se expandir ao momento em que essas militantes são presas, analisando suas experiências encarceradas.

Cabe, antes de tudo, entender o conceito de Proletarização neste trabalho. Baseado em uma política do partido trotskista em 1905 que tem como objetivo construir uma consciência de classe para efetivar a revolução do proletariado, este conceito define a ação política de estudantes universitários que se dirigem às fábricas com intuito de “construir uma consciência de classe”, este termo encontrasse com aspas pois, a partir do olhar de Gramsci, a autora deste trabalho não acredita que a classe trabalhadora não possua consciência própria e necessária para suas ações políticas.

É necessário, portanto, mobilizar três importantes conceitos para se entender a proletarização: identidade de classe, consciência de classe e intelectualidade orgânica, para isso será necessário dialogar com E.P.Thompson e A.Gramsci. O conceito do movimento operário que será usado está alinhado com o pensamento defendido por Thompson no Livro *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*³¹ no qual o autor vai criticar o conceito de consciência de classe construído pelos marxistas tradicionais, pontuando algumas questões de extrema relevância. A principal delas é a inserção da “Classe” como algo que se dá dentro do campo histórico, proveniente de relações sociais e relações de produção.

É através das relações econômicas produtivas, na qual se estabelece a “Classe”, pois essa só se reconhece como tal através de elementos sociais e políticos

³¹ THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001

que a coloquem “contra” outra Classe, ou seja, a consciência de classe só poderá existir através da luta de classes, no entanto, Thompson afirma:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmo como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe.³²

Portanto, o movimento operário pode ser analisado através de duas perspectivas que se influenciam diretamente. A primeira é a ideia de Thompson que o reconhecimento de classe, ou a identidade de classe se dá no processo histórico e das relações econômicas de produção já estabelecidas. O segundo ponto que será necessário ser entendido para uso do conceito do movimento operário é a ideia de “Intelectuais Orgânicos” de Gramsci, contido no *Cadernos de cárcere vol.2*.³³

O Movimento Operário será entendido pela construção política e intelectual de forma não tradicional³⁴, ou seja, os intelectuais orgânicos manifestam suas crenças e pensamentos em condições nem sempre propícias e ideais para a construção crítica de um pensamento político contra sua situação social, política e econômica.

A partir do pensamento de Gramsci, pode-se entender o Movimento Operário como um movimento de uma classe subjetivada pela sociedade moderna com consciência histórica de suas funções e suas questões que produzirá não só teorias políticas importantes para a mudança da estrutura deste mundo, mas também ações efetivas no combate da exploração e submissão. O Movimento Operário será uma expressão da intelectualidade orgânica que Gramsci analisa que fundarão um

³² THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001. Página 274.

³³ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere –vol.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁴ Levando em consideração que o intelectual tradicional se posiciona no mundo desconectado da ação e da experiência das relações sociais de poder.

partido no sentido de construção de uma contra hegemonia política e econômica vigente.³⁵

Portanto, a militância trotskista, presente nas organizações políticas como Liga Operária e Ação Popular durante a década de 1960 e 1970 usaram da estratégia de proletarização de seus militantes para atingir o movimento operário. É necessário que se construa um histórico destas organizações para entender suas bases teóricas e os motivos pela escolha da proletarização.

A Ação Popular, organização que Nilce Cardoso integrava, foi remanescente da Juventude Católica (JUC), muito presente nas universidades. Com o intuito de aumentar a atuação contra o Golpe de 1964, a AP, buscou inicialmente se inserir na luta armada, enviando seus militantes para dois importantes países afim de se inspirarem em suas revoluções: Cuba e China. A volta desses dois grupos ao Brasil criará uma divisão na organização, fazendo com que, aqueles que fossem optassem pela luta armada, fossem expulsos.

A partir desta divisão a AP passou a de fato se consolidar como organização marxista-leninista. Grande parte dos seus integrantes eram universitários e cristãos, por mais que o ateísmo fosse um ponto importante a ser defendido pelos marxistas. Além de atuar nas universidades, a AP desenvolveu um importante trabalho com o movimento operário, enviando seus militantes às fábricas, assim como Nilce Cardoso.

A base teórica que endossava o discurso de proletarização, nesta organização, era fruto do Maoísmo. Em um documento escrito em 1966 intitulado *Profissionalização de quadros: necessidade urgente*, a organização funda suas bases para a proletarização, aproximando o movimento estudantil ao movimento operário.

A integração com massa operária começaria a ser tentada ainda em novembro de 1966, com o I Encontro Nacional Operário, onde compareceram 27 militantes, entre operários, dirigentes nacionais e regionais, comparecendo representantes da R1 (Rio Grande do Sul), R3 (São Paulo), ambos com maioria de operários metalúrgicos, a R4 (na Guanabara e Espírito Santo), com movimento de favelas, a R5

³⁵ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere – vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

(que compreendia Minas Gerais), R6 (Bahia e Sergipe), e R9 (no Pará)⁷⁰⁸. A pauta da reunião deu vazão à importância da educação dessa militância no marxismo, através de diretivas para cursos, política de organização do trabalho junto à classe, plano de lutas e demandas, e a organização e assessoria nacional para o meio.³⁶

A política que passa a se adotar, portanto, é a de se viver em conjunto com os operários através do trabalho comum. A profissionalização dos universitários, nada mais é do que o processo de os tornar proletarizados, torna-los trabalhadores fabris que construísse relação com o operariado genuíno³⁷. Como cita Cristina Wolff em seu artigo publicado no livro *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*

Por exemplo, no Brasil, a Ação Popular (AP), que vinha de uma perspectiva ligada à Teologia da Libertação, ao assumir a tese da guerra popular prolongada ligada à perspectiva maoísta, passou a enviar seus componentes para fábricas ou para regiões rurais. Considerando que para as mulheres seria mais fácil viver nas cidades, a maioria destas militantes deveria se engajar em fábricas como operárias. Já os homens deveriam ir para regiões rurais no interior do país. Em ambos os casos, a missão era tanto pessoal quanto política: proletarizar-se, tornar-se verdadeiramente proletário, viver na carne, na fome, nas mãos calejadas, a “experiência” de ser proletário. Ao mesmo tempo, esperava-se que exercessem nestes lugares o papel da vanguarda revolucionária, tal como propunha o poeta Geir Campos no poema Tarefa:

Morder o fruto amargo e não cuspir mas avisar aos outros quanto é amargo, cumprir o trato injusto e não falhar mas avisar aos outros quanto é injusto, sofrer o esquema falso e não ceder mas avisar aos outros quanto é falso; dizer também que são coisas mutáveis... E quando em muitos a noção pulsar — do amargo e injusto e falso por mudar — então confiar à gente exausta o plano de um mundo novo e muito mais humano.

Segundo Derlei de Luca, ex-militante da AP, para isso a organização não hesitava em separar casais, em deslocar as pessoas, que faziam todos os sacrifícios em prol da revolução: Os homens vão para o campo. As mulheres vão para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos. [...] a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tse Tung. Para lá são mandados os melhores quadros militantes, separando noivos, namorados,

³⁶ SÁ, Karolina Kneip. *Ação Popular do Brasil: da JUC ao racha de 1968*. Recife, 2015. Página 190.

³⁷ Operariado genuíno se traduz, aqui, como o operário que tem suas condições de vida dependente do trabalho fabril.

casais. – A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual, diz um membro da direção. Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima dos nossos interesses pessoais.³⁸

Além desse processo, após 1968, a AP aumenta essa migração do universitário para a fábrica e intensifica o processo de construir cada vez mais militantes invisíveis aos olhos da repressão, como já explicado no capítulo I. A instauração do AI-5, contribui para este processo no qual as ações políticas dessas organizações assumiram papéis mais imperceptíveis aos olhos da Ditadura.

Pode-se encontrar no artigo de Marcelo Ridenti *Ação Popular: cristianismo e marxismo* a fala de Nilce Cardoso com Duarte Pereira em 2001:

Resolução de nos mandar para as fábricas, ou campo *foi uma boa resolução*, continuo afirmando. Gostaria de poder escrever sobre isso, pois, para minha vida, minha militância e meu ser revolucionário significou muito. E me parece que não foi no aspecto de purificação, como já me afirmaram. Foi um caminho necessário naquele momento. A contextualização do momento me parece sempre necessária para a compreensão desta decisão. Houve erros, sim, mas os acertos nos ensinaram sobre como concertar os erros e como continuar o processo.³⁹

Em relação à Liga Operária, organização política na qual Márcia e Ana Nogueira participavam, teve sua construção histórica a partir das insatisfações da “nova esquerda” – caracterizada pelo descontentamento pela militância reformista do Partido Comunista, conhecido como Partidão, além disso, repensando os efeitos e resultados da Luta Armada.

Influenciada pela Quarta Internacional⁴⁰, a Liga Operária teve início com Mariano Moreno na Argentina e Mário Pedrosa. Como uma de suas políticas principais, a proletarização surge como um tema de enorme importância para a luta

³⁸ WOLFF, Cristina. *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina, 2010. Página 141

³⁹ CARDOSO, Nilce. Apud RIDENTI, Marcelo. 2006, página 32.

⁴⁰ Grupos dissidentes trotskista.

democrática contra a repressão, como é citado no artigo *Do ponto de partida à fundação da Liga Operária (1970-1974)* de Álvaro Bianchi, página 5:

Deixando de lado caracterizações fantasiosas a respeito da situação política no Brasil, os trotskistas brasileiros procuraram identificar as razões da complexa situação na qual se encontrava a esquerda e a derrota que se desenhava para os grupos armados. A questão crucial era a ausência no Brasil de organizações por meio das quais as “massas exploradas possam expressar seu descontentamento.

Para Ana Nogueira e Márcia Basseto esta organização representava uma nova forma de se entender política influenciada pela valorização da cultura e de questões sociais presentes naquela sociedade dos anos setenta, como a questão de gênero e sexualidade. Conhecida por ter uma visão mais aberta sobre a luta política, a Liga Operária contou com a participação de diversos grupos sociais: mulheres, operários, gays.

A partir do entendimento dessas duas organizações é possível entrar de forma mais substancial na experiência de proletarização para cada uma dessas três mulheres. Por uma escolha unicamente cronológica, a ordem de análise começará por Nilce Azevedo, depois Ana Nogueira e por último Márcia Basseto.

Nilce Azevedo: “Mônica”, “Regina”, “Vera” e “Cida”

Em uma perfeita análise feita por Susel Rosa no livro *Mulheres, Ditaduras e Memórias* a autora concilia sua habilidade e capacidade de historiadora com os relatos de Nilce para rememorar a participação política desta militante. A narrativa desta é de grande importância para este trabalho no sentido de tratar de aspectos conceituais valiosos para o entendimento do texto.⁴¹

O primeiro aspecto necessário para este capítulo é a questão da construção da invisibilidade feminina afim de se inserir um modelo de “militante ideal”. O movimento de esquerda brasileiro por muito tempo centrou-se na problemática das questões econômicas como consequência do sistema capitalista, abrindo mão de

⁴¹ Vale ressaltar que a análise inicial que será feita através da experiência de Nilce Cardoso contempla as experiências de Ana Nogueira e Márcia Basseto.

tratar e discutir outros aspectos sociais que mantinham e reafirmavam as condições de desigualdade, ou seja, o olhar sobre a classe suprimia as questões pessoais, como de gênero.

As desigualdades de gênero existentes na sociedade eram reproduzidas para dentro de diversas organizações de esquerda. Podemos perceber isso através de diversos relatos que apontam para uma subjugação das tarefas das mulheres em relação as dos homens. Papéis de secretárias, de ajudantes, de transportadoras de documentações importantes são alguns dos exemplos de cargos assumidos por estas mulheres durante a sua militância.

No entanto, a forma mais significativamente violenta no aspecto simbólico era a construção de dois tipos de invisibilidade: a clandestinidade imposta pelo regime e, conseqüentemente, a da necessidade de se apagar ou se esquecer de quem se é para se tornar um militante imperceptível pela repressão. Esse militante, no entanto, era caracterizado por aspectos comportamentais masculinos. Susel Rosa atribui a esse processo o nome de “dessexualização” na qual *uma* militante tem que se transformar *em* militante.

No caso de Nilce, a justificativa de seus companheiros para a transformação da mulher era a necessidade de se aproximar das classes populares, importante para o trabalho na fábrica e no meio rural. É a ideia de “proletarização” dos militantes, comum entre a esquerda na época, que não excluía a dessexualização das mulheres.⁴²

A situação citada acima não pode ser generalizada à todas as mulheres organizadas politicamente no período de 1964 até 1985, no entanto, no caso de Nilce, Ana e Márcia essa prática foi comum as três. Portanto, ao se falar em violência simbólica há de se repensar essas práticas e a invisibilidade, ou até mesmo, a naturalização nas narrativas históricas acerca da Ditadura Militar.

Assim que Nilce Cardoso migra para a fábrica no ABC, o primeiro processo que se é feito, com o aconselhamento de seus amigos militante é o processo de “enfeamento”, no qual demonstra dois fatores importantes: a

⁴² ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo, FAPESP, 2013, Página 43.

invisibilização do “ser mulher” para não ser notada e o preconceito dos militantes acerca das operárias fabris.

A postura exigida de Nilce e de diversas outras mulheres fazia com que sua militância fosse disciplinada assim como o treinamento dos agentes e policiais do Estado. Entrar em certos espaços sem ser percebida, moldar sua forma de se portar para transparecer uma neutralidade e uma casualidade são aspectos que foram incorporados por diversas pessoas que optaram por lutar contra o regime opressor brasileiro.

Portanto, a crítica feita aqui não diz respeito ao processo de se tornar um militante ativo contra um sistema de reprodução de violência que extingue direitos individuais. Esse processo cabia tanto para homens quanto para mulheres, no entanto, o processo de transformação física, visual, masculinizada era específico à militância feminina.

Por mais que os modelos machistas e patriarcais fossem reproduzidos sem muitos cuidados e atenção pelas organizações de esquerda, era ainda, dentro delas que havia grande participação feminina na política, o que era raro no Estado brasileiro, como diz a militante Albertina Costa:

Sim, fazia cafezinho, é verdade, mas viajava, ia falar, aprendeu a discutir, aprendeu a falar em público. Era secretária, fazia ata, mas aprendeu a fazer conchavo. Ah, aprendemos a fazer política. E tanto aprendemos e essas pessoas aprenderam que não existiu nesse trajeto que eu relatei de um feminismo que não fosse de esquerda. Ou seja, o feminismo situa-se no campo da esquerda.⁴³

Ou seja, a invisibilização feminina, muito comum nas organizações políticas contra a Ditadura, era uma prática que reproduzia uma forma de se fazer política ligada diretamente ao mundo masculino, no entanto, a participação em reuniões, em sindicatos e em eventos que reunia diversas pessoas envolvidas com a militância proporcionou experiência política a essas mulheres que antes tinham sua atuação limitada ao campo privado da família.

⁴³ COSTA, Albertina de Oliveira, 2009 apud ROSA, Susel. 2013, São Paulo. Página 48.

Quando Nilce é escalada para se mudar para Porto Alegre pela Ação Popular, em 1969, pois seu marido havia assumido o cargo de um dos dirigentes, a insatisfação contra a AP foi enorme, fazendo com que Nilce escrevesse uma carta na qual discorria sobre a sua história na organização e a vinculação que fizeram, nesta decisão de mudança, diretamente com a figura do marido.

No entanto, mesmo insatisfeita Nilce Cardoso mudou-se para o sul do país. Chegando lá, ela e seu marido Toninho percebem que o aparato repressivo já havia terminado com o que restara da Ação Popular, fazendo com que Nilce decidisse se organizar diretamente com os trabalhadores, enquanto seu marido estabelecia conexões com intelectuais e estudantes da região.

O cenário político da época já se acirrava para os militantes após a instauração do AI-5, aumentando o número de presos e desaparecidos políticos, o que culminou com a entrada de Nilce na ilegalidade, pelo trabalho que estava realizando de reestruturação da Ação Popular,

Além de tornar-se invisível socialmente e morrer para o mundo, habitar o espaço liminar da clandestinidade significa furtar-se à estrutura jurídica e política, transgredir os códigos e as fronteiras demarcatórias, usar mensagens codificadas, mudar de nome, de roupa trocar a cor do cabelo, passar por privações emocionais e físicas.⁴⁴

É pela clandestinidade que Nilce Cardoso torna-se “Mônica”, “Regina”, “Vera” e “Cida”, codinomes encontrados na sua ficha policial do DEOPS de São Paulo. A clandestinidade, como cita Susel Rosa não faz com que Nilce tenha apenas que mudar seu nome, mas também de cidade, de casa, afasta-se de seus amigos e se tornar, mais uma vez, invisível.

Em 1970 Nilce muda-se para São Paulo afim de estabelecer conexões mais diretas com trabalhadores do interior. Diferente de diversos relatos acerca da clandestinidade, Nilce não se sentiu solitária, por mais que se sentisse invisível. Ela usou esse momento para repensar seu papel na luta contra o sistema repressivo, para relembrar seus sonhos e seus anseios por uma sociedade mais justa e é ao encontro do movimento operário que ela pensa conseguir chegar ao seu objetivo.

⁴⁴ ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias: "não imagine que precise ser triste para ser militante"*. 2013, São Paulo. Página 49.

A ideia de se aventurar nesse novo mundo fruto da sua condição de clandestinidade, foi utilizada como meio de renovação de sua luta, pode-se perceber isso na fala abaixo:

Não haveria em todos nós um tanto de aventura que nos impulsiona a vencer os medos, a nos aventurar pelo desconhecido? Pois penso que sair pela noite panfletando numa vila, correndo dos cachorros, e contra o tempo, sabendo que colocar esses panfletos era sim uma questão de vida ou morte. (...) Era necessário que a população soubesse o que estava acontecendo e lutasse contra a ditadura.⁴⁵

Assim como Márcia Basseto, seu primeiro emprego foi na Rhodia, mas logo quando descobriu que seu nome havia sido descoberto pelo sistema, Nilce voltou para Rio Grande do Sul e continuou a dar aulas de matemática sem deixar, no entanto, de frequentar as reuniões de sua organização. Foi em meados de 1972, mais precisamente 11 de abril, que ao se encontrar com um companheiro em um “ponto”⁴⁶, Nilce se depara com policiais enviados pelo delegado Pedro Seelig, sendo levada ao DOPS/RS.

A experiência de Nilce Cardoso como proletarizada foi por um breve período e o acesso ao seu relato não foi possível ser realizado, tendo apenas seus inquéritos policiais e fragmentos de sua entrevista concedida para Susel Rosa em 2009. No entanto, Ana Nogueira e Márcia Basseto, puderam, através de entrevistas, relatar de forma mais profunda suas experiências individuais.

Ana Nogueira: “Lia”

Em relação a experiência fabril de Ana Nogueira, ela pontua desde o início de seu relato que a necessidade de se ir para as fábricas surgiu dentro da Liga Operária de forma imposta, como cita no depoimento cedido para a autora deste trabalho, “não era uma opção ir para a fábrica, foi uma situação”. Influenciada pelo grupo paulista de Márcia Basseto e Bambrilla que haviam ido ao Rio de Janeiro de forma ilegal, Ana e mais uma amiga, foram para o interior paulista se proletarizar.

⁴⁵ CARDOSO, Nilce. 2009, apud ROSA, Susel. 2013, São Paulo. Página 56.

⁴⁶ “Ponto” é o nome dado pelos militantes para os locais de encontro entre seus iguais, que já estavam sendo alvo de perseguição pelo Estado.

Ana Nogueira interpreta a sua ida para São Paulo através de uma divisão que se estabeleceu na Liga Operária, na qual o grupo paulista buscava formas de atuação, na perspectiva de Ana, mais tradicionais, chegando-os a serem intitulados pela militante como “caretas”, enquanto o grupo do Rio de Janeiro possuía uma linha mais aberta e liberal para a época. Pautas como legalização da maconha, igualdade de gênero, discussões acerca da homossexualidade era comum nesse segundo grupo.

O movimento de ascensão dos metalúrgicos liderado por Luís Inácio Lula da Silva foi um dos motores motivadores para a ida de Ana, já que era enorme o interesse de participar desse momento e contribuir para a ascensão do movimento operário. Seu principal local de atuação foi na fábrica da Volkswagen, já separada de sua amiga. Ana relata que a primeira coisa que se foi feita nessa sua nova condição de vida, foi formar grupo de mulheres, através do intermédio do Congresso da Mulher Metalúrgica⁴⁷, estabelecendo dois importantes fatores: a associação solidária e redes de conexão e a entrada de Ana e suas amigas no mundo fabril.

A solidão que Ana relata diversas vezes pela sua nova condição de vida se transforma em vontade de se associar e conhecer mais os movimentos do interior paulista. Frequentar as diversas reuniões de sindicatos, participar de coletivos femininos e das reuniões da sua organização foram maneiras de se construir uma nova militante, não mais do movimento estudantil, mas agora do movimento operário.

O processo de abdicar de uma Ana estudante da UFF foi dificultoso. Entender que viver no mundo do trabalho era algo experimentado de forma diferente para as mulheres foi essencial para a sua vivência, como cita:

No começo eu queria ir beber cachaça com eles, mas mulher não faz isso, então eu vi logo que não era bom. Tive que aprender o que se podia fazer e o que não se podia fazer. A gente vai com a mentalidade daqui, né?⁴⁸

⁴⁷ Para saber mais sobre o Congresso da Mulher Metalúrgica consultar o Arquivo Público do Estado de São Paulo na área do DEOPS, Dossiê da Mulher Metalúrgica.

⁴⁸ Entrevista concedida à autora via Skype em 09/09/2017.

Além disso, Ana teve que lidar com situações comuns de assédio dos seus companheiros de fábrica, um dos motivos que os trabalhadores ofereciam carona e faziam cantadas a Ana era por que esta não possuía um namorado ou marido, diferente das outras operárias que quase sempre já faziam parte de um núcleo familiar.

Apesar das diferenças de costumes, hábitos, de pensamento político entre estudantes e operários, e especificamente com Ana Nogueira, ela ainda sim se sentia muito confortável entre eles, chega a relatar que a aceitação dos diversos universitários nos sindicatos e nas fábricas era algo muito comum e muito incentivado entre os próprios operários.

Ana Maria Nogueira foi detida pelas forças do DOPS em dois momentos de sua vida, no primeiro, em 1972 ficou presa por oito dias por “atividade subversiva” e “associação a organização criminosa”, sendo esta associação a organização política PCdoB. Após sair da prisão, Ana continuou a sua militância se deslocando para São Bernardo dos Campos e trabalhando, inicialmente, na ARTEB, uma fábrica metalúrgica, indo depois para a Volkswagen, como dito anteriormente.

Em 1978, Ana é presa pela segunda vez já em São Bernardo e afirma em entrevista que foi denunciada por pessoas de dentro da fábrica. O movimento dos metalúrgicos estava a cada ano mais forte e o ano de 1978 foi central para o ressurgimento de diversas greves no interior paulista. Sua militância ao longo deste período antes de ser presa limitou-se a vida externa da fábrica quando foi demitida por participar de uma das greves, já que internamente, Ana relata que era quase impossível fazer política em um ambiente totalmente hostil:

O negócio estava tão quente em termos de mobilização que, pra mim não fez muita diferença não, por que dentro da fábrica eu não conseguia conversar com muita gente não. O negócio foi quando eu saí mesmo, por que lá dentro eu conversava com poucas pessoas, era uma coisa meio massacrante o trabalho de fábrica, não tem muito tempo livre, né? E durante o trabalho não dá pra conversar por causa do barulho e por causa da sua intensidade. Então não dava pra bater muito papo, era só na hora do almoço ou depois quando saía.

No período dos anos de 1977 a Liga Operária sofreu uma divisão e grande parte de seus militantes a transformam em Convergência Socialista. Com a sua principal divulgação a partir do jornal *Versus*, Ana passa a ser responsável pela distribuição e arrecadação de fundos para a organização no núcleo de Santo André. Em seu inquérito policial, Ana afirma que o objetivo da Convergência Socialista era “redemocratização do Brasil, Anistia ampla e restrita para todos, liberdade de organização partidária e eleições diretas para todos os cargos do país”⁴⁹.

Em sua primeira prisão em 1972, no Rio de Janeiro, Ana relata o horror que se deu a detenção, comum da época do início dos anos setenta, nos quais incluía diversas formas de torturas físicas, psicológicas e momentos de humilhação gratuita, fruto do governo Médici, no qual a política de caça aos militantes encontrava-se em seu auge. Já a segunda prisão em 1978, no governo de Geisel, inserido já no processo de abertura política, sua experiência foi menos aterrorizante no sentido das violências físicas, todos que estavam envolvidos com as greves⁵⁰ ficaram juntos em uma cela, mas as suas condições não eram tão deploráveis quanto na prisão do início dos anos setenta.

A breve participação de Ana Nogueira no movimento operário demonstra, porém, a construção de uma rede de solidariedade entre militantes universitários e militantes operários. Os finais dos anos setenta foram marcados pelo crescimento e reafirmação da vontade popular de lutar pela redemocratização. O fluxo de universitários para as fábricas demonstra não só um fortalecimento do movimento operário, mas, principalmente o crescimento do apoio popular para o fim da Ditadura Militar.

Márcia Basseto: “Vitória”, “Sandra”

Em relação a participação de Márcia Basseto no mundo operário, que configura um momento contemporâneo a narrativa de Ana Nogueira no qual pode-se perceber diversas experiências em comum, muitas vezes entrelaçadas, como já foi apresentado aqui. Seu primeiro emprego no mundo operário foi na Rodhia, na

⁴⁹ Arquivo do DOPS – Polícia civil de São Paulo

⁵⁰ No inquérito produzido pelo DOPS de São Paulo, foram presos, junto com Ana Nogueira vinte e duas pessoas.

qual Márcia ainda morava em São Paulo e fazia o trajeto São Paulo e Santo André diversas vezes.

Ainda se acostumando com o trabalho de fábrica, muitas vezes Márcia dormia nas linhas de montagens, chegava constantemente atrasada e não conseguia agir politicamente pela falta de tempo e de abertura social com as outras operárias. Por estes fatores, foi demitida com pouquíssimo tempo de experiência e aproveitou para ir trabalhar na Autometal, em São Bernardo, motivada pelo desejo de fazer parte do crescente movimento dos metalúrgicos.

Durante o seu período de trabalho na Autometal, Márcia conta que inicialmente entraram com ela cinco meninas, nas quais quatro eram negras e apenas ela branca. O preconceito racial se mostrou presente na seleção das sessões que as mulheres negras iriam trabalhar, sendo empregados no setor mais cheio e mais perigoso, pois deveriam manusear máquinas parecidas com grandes prensas.

Márcia Basseto foi enviada a um setor muito menor do que das suas colegas, composta de cinco a seis pessoas, responsável por fabricar tampas metálicas de latas de refrigerantes. A ex militante conta que esta sessão era totalmente a parte de toda a rotina industrial da fábrica, fazendo com que ela ficasse extremamente isolada. Com este emprego, Márcia mudou-se para São Bernardo com seu marido Ronaldo e seu amigo, companheiro de militância, Halley Margon, também proletarizado e dirigente da célula operária da organização.

Com a mudança para o interior paulista, Márcia aluga um apartamento com seus dois companheiros de militância e de vida. Enquanto seu marido era dirigente de todas as células estudantis, mantinha-se ocupado se mobilizando com os estudantes universitários de São Paulo. O apartamento alugado se mostra um importante local de troca e convivência. No entanto, Márcia, em sua entrevista, relata a impossibilidade de levar colegas operárias “comuns” para a sua casa, dificultando a construção de relações.

A minha casa era uma casa de estudante, colchão no chão, pôster do Che Guevara, então eu não podia chamar ninguém pra ir na minha casa, eu não conseguia fazer laços afetivos, mas eu atuava junto com os sindicatos, a gente participava das reuniões, tentava discutir alguma coisa, mas era

muito difícil, esses sindicatos estavam na ilegalidade⁵¹, ele tinha uma direção que era legal mas não podiam se reunir então era uma coisa paradoxal, uma semiclandestinidade.⁵²

Os modos de vida dos militantes se diferenciavam em quase todos os aspectos culturais, Márcia não conseguia se relacionar com outras operárias por que estas saíam dos seus trabalhos e iam para casa desempenhar a função de dona de casa, enquanto Márcia ia se encontrar com membros da sua organização e frequentar reuniões de sindicatos. Sua experiência como proletarizada foi muito rápida. Em uma noite, onde foi panfletar nas saídas de fábricas Márcia foi surpreendida pelos policiais do DOPS e levada a prisão.

2.2. Experiências do cárcere através da Violência de Gênero.

Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo. Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana.⁵³

Neste subcapítulo pretende-se analisar as experiências de Márcia Basseto, Nilce Cardoso e Ana Nogueira quando estas foram detidas e levadas para unidades prisionais. Os relatos dessas mulheres apresentam-se de difícil acesso, e no caso de Ana Nogueira, praticamente escasso. Isso se dá, pois, a experiência da prisão e da tortura permeia de forma sombria a memória dessas e de diversas outras mulheres, fazendo com que o historiador tenha a sensibilidade de respeitar seus silêncios.

⁵¹ Cabe ressaltar que no final dos anos setenta os sindicatos não estavam mais na ilegalidade, no entanto, estavam sendo diretamente controlados pelo Estado.

⁵² Entrevista concedida para a autora no dia 12/07/2017, em São Paulo.

⁵³ Comissão Nacional da Verdade – Tomo I, capítulo 10, página 402. 2014.

Além dos depoimentos utilizados aqui como fonte, será incorporado a pesquisa os relatórios do Grupo de Trabalho de Gênero da Comissão Nacional da Verdade e o artigo de Natacha Nicaise *Acordar as múltiplas vozes silenciadas*. Este artigo articula diretamente com o primeiro capítulo deste texto que tem como objetivo construir uma narrativa histórica de gênero.

A tortura especificamente de gênero, objeto deste subcapítulo, se legitima através dos aparelhos de repressão do Estado brasileiro, no entanto, suas fundações sociais vem de uma construção histórica da sociedade patriarcal que delimita os locais de atuação da mulher, sendo o local central a casa (mundo privado).

Quando este sujeito mulher se mobiliza para ocupar o mundo público, se envolvendo na política, no debate e na realidade da sociedade, este sujeito é, em primeiro lugar, questionado pela sua família, que está normalmente inserida na lógica patriarcal. O artigo de Natacha Nicaise aponta para a geração de pais dos anos de 1960, que contrasta de forma muito radical com a geração de jovens dessa mesma década. Quando essas mulheres conseguem transgredir o espaço da família, da vida privada e associar-se em organizações políticas contra a Ditadura Militar, encontram diversas barreiras que já foram trabalhadas ao longo deste trabalho.

O que é de interesse aqui é o impacto do ser mulher quando esta se encontra sob os poderes do Estado, tidas como criminosas. A relação que se estabelece entre esses dois agentes dessa sociedade (perpetradores da violência e mulheres) vai ser uma relação de poder com uso intermitente da violência como legitimação desse poder.

Essa violência fere e atravessa órgãos que representam a feminilidade como seios, vaginas e a região do abdômen, onde localiza-se o útero. Ao se empoderarem dessas regiões, os agentes policiais buscam mostrar que o espaço da tortura representa a dominação do corpo da mulher pelo Estado. Portanto, ao se falar em violência de gênero há de se considerar a prática a locais específicos do corpo feminino com intuito de dominar o corpo e a reprodução daquela mulher.

Cabe ressaltar aqui que a violência sexual, comuns a prática da violência de gênero, não ocorreu apenas e mulheres durante a Ditadura Militar. Homens e homossexuais foram vítimas diretas de torturas que violavam seus órgãos sexuais, no entanto, o significado de dominação do corpo aqui possuiu um papel social

diferente ao papel da mulher. Isso se torna palpável nos exemplos de torturas na região do abdômen que afeta diretamente nos órgãos reprodutores.

Quanto as práticas de torturas de gênero não serão, aqui, analisadas apenas a violência física, mas também a psicológica. Essa violência se legitima desde a fala dos perpetradores até a ingestão forçada de remédios alucinógenos que fazia a vítima perder noção do tempo e do espaço, como ocorreu de forma muito efetiva com Nilce Cardoso.

O primeiro momento da tortura⁵⁴ se apresenta já no processo da prisão, dentro dos veículos oficiais, onde era comum que houvessem chutes, socos e vedação dos olhos para que as vítimas não soubessem para onde estariam indo. Chegando nas dependências do DOPS ou do DOI-CODI⁵⁵ as vítimas normalmente eram jogadas em celas com mais pessoas e daí se estabelecia a rotina de interrogatórios.

É constante, nos relatos das vítimas, a presença de xingamentos feito por policiais com tom sexual, “piranhas”, “prostitutas”, “vadias” combinados com “comunista” e “terrorista” mostrava o tom da violência em relação ao papel social da mulher. Se, como dito antes, a mulher tem que ocupar o lugar da casa e da família, quando esta vai para o mundo político e público ela se torna uma ameaça dupla: por ser contra o Estado ditatorial e por ser mulher.

Havia um desprezo por parte deles. Junto com a ideologia, vinha essa humilhação pelo fato de ser mulher, como se a gente estivesse extrapolando nosso papel de mulher. O tom era de “por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?”. Era como se você merecesse ser torturada porque estava fazendo o que não devia ser feito⁵⁶

⁵⁴ Aqui cito violência física e psicológica.

⁵⁵ Esses dois locais citados foram os locais mais comuns que ocorreram as torturas, no entanto, diversos relatos apontam para interiores de fábricas, casas e outros tipos de estabelecimentos do Estado.

⁵⁶ Acervo CEV-Rio. Depoimento de Estrela Bohadana para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, em 07/03/2014.

Portanto, a retórica dos policiais era direcionada a humilhar e ridicularizar o papel da mulher na luta política. Veremos essas diversas formas de violência na experiência de Márcia Basseto e Nilce Cardoso para elucidar a experiência dessas mulheres em suas trajetórias política.

A prisão de Nilce Cardoso deu-se no dia 11 de abril de 1972, no Rio Grande do Sul, mais especificamente, no local de encontros clandestinos. A situação se deu quando Nilce foi se encontrar com companheiros de militância num “ponto” específico, no entanto, chegando no local combinado os militares do DOPS/RS estavam prontamente preparados para levar Nilce detida.

O processo que se deu ao longo do caminho entre o “ponto” e o DOPS fez-se de forma já traumática, pois sem saber para onde seria levada e quem estava comandando a sua prisão, o medo psicológico tornou-se presente. Já chegando no DOPS, Nilce percebeu que sua detenção estaria sendo comandada pelo delegado Pedro Seelig, conhecido pela sua truculência e pelas torturas de caráter psicológico. Nilce, assim como todos os presos políticos, foi submetida a despir-se completamente, assim que chegou ao DOPS.

Susel Rosa analisa de forma coesa esse processo que Nilce sofreu a partir do momento em que foi presa, a autora cita “a condição feminina, desconsiderada pelos grupos de esquerda em prol da figura universal do militante (...), na sala de torturas era imediatamente exacerbada pelos torturadores”⁵⁷ ou seja, se Nilce e diversas outras mulheres passaram, na construção da sua militância, por um processo de apagamento da sua feminilidade para se adequar a luta contra o regime, quando estas são presas, a sua condição de mulher determinará a forma pela qual serão torturadas.

Comum a diversos relatos, o estupro será uma tortura em que Nilce irá sofrer algumas vezes⁵⁸. A necessidade de os agentes do Estado tomarem posse do corpo feminino revela o caráter patriarcal da sociedade brasileira. O corpo feminino torna-se objeto, posse, material, instrumento de diversão para os policiais. Além desta

⁵⁷ ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias: "não imagine que precise ser triste para ser militante"*. São Paulo, 2013. Página 59

⁵⁸ É importante ressaltar que o estupro foi praticado também em homens durante as práticas de tortura. Este trabalho busca ressaltar a violência exercida em mulheres, não negando, nem desqualificando as diversas torturas e violações de direitos humanos em homens.

prática, Nilce sofreu ao longo de sua prisão depreciações, socos, chutes e outras formas de violência física que gerava um apagamento de sua personalidade, de seu corpo.

Conheci o terror da dor física violenta, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginara que pudesse existir, embora já tivesse lido sobre relatos de torturas. Eram pontapés na cabeça e choques por todo o corpo. Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar a minha vagina e meu útero. Enfiaram os fios e deram muito choques. A dor, raiva e ódio, misturados com um sentimento de impotência, criavam-me um quadro assustador. E eu seguia muda.⁵⁹

A experiência da tortura se mostra cruel desde os danos físicos até os ferimentos psicológicos que permanecem por muitos anos. É comum que os torturados não exponham o que viveram no período em que estiveram presos, os motivos são diversos, mas a introspecção e a tentativa de apagar essa experiência resultam em uma mudança do ser de cada indivíduo.

A presença constante da eminência da morte foi algo marcante para Nilce, a violência que ela sofria e o estado de fragilidade que Pedro Seelig mantinha a militante gerava raros momentos de lucidez e constantes momentos de alucinação, fazendo com que a noção de tempo e espaço ficasse cada vez mais embaçada. Nilce encontrou resistência no seu silêncio, sua introspecção gerada pela dor combatia diretamente os agentes que não conseguiam extrair nenhuma emoção ou informação, viver era a sua maior forma de resistir ao sistema repressor.

O saldo de violação do corpo humano de Nilce Cardoso resultou em um tórax quebrado, útero queimado, pele, estômago e rins dilacerados e pesando quinze quilos a menos de quando ela entrou no DOPS/RS. Após contínuas sessões de tortura, seu corpo não resistiu, entrando em coma. Susel Rosa aponta que naquele momento o corpo de Nilce se tornara apenas um “corpo-testemunha”, desligado da consciência e apático aos estímulos externos.

Em coma. Nilce teve que ser transferida para o hospital. Quando acordou no leito hospitalar, o primeiro pedido que havia feito às enfermeiras era a possibilidade de tomar um banho e de depilar-se, pedindo, uma gilete.

⁵⁹ CARDOSO, Nilce. 2009, apud ROSA, Susel. 2013, São Paulo. Página 61.

A recuperação da sua vida dependia também do resgate ao seu corpo feminino, Nilce queria cuidar do corpo, para conseguir cuidar da sua alma.

Após ter saído do hospital e voltado para o DOPS/RS, Nilce foi transferida para a Operação Bandeirantes, OBAN, localizada no DOI-CODI de São Paulo. Como seu corpo permanecia frágil, diferentemente de outros presos, ela não foi inicialmente submetida ao “pau de arara”, o foco dos policiais era dilacerar o psicológico de Nilce “Tentaram me desmoralizar como mulher, questionar os meus valores, minha inteligência e tudo fizeram para que eu não soubesse distinguir entre realidade e alucinação”⁶⁰, explicou ela.

Susel Rosa descreve o encontro de Nilce com a equipe do “doutor Mangabeira” como o “encontro com o diabo” pois este apelou para as raízes cristãs de Nilce para fazê-la falar. Construindo um altar na sala de tortura e inserindo alucinógenos nas vias sanguíneas de Nilce, Mangabeira tinha como intensão fazê-la acreditar que esta estivesse de fato na presença do diabo. No entanto, Nilce resolveu “confrontar” o diabo de Mangabeira e o dela, fazendo com que o torturador se assustasse e a mandasse de volta para a sua cela.

Tempos depois, Nilce descobriu que Mangabeira era da Umbanda, fazendo com que ela concluísse que ele tivesse se sentido ameaçado com as forças que Nilce pudesse evocar. Após esse episódio, Nilce permaneceu mais um mês sendo torturada, no entanto, relata que a equipe de Mangabeira nunca mais apareceu em suas sessões.

Mesmo nessa situação-limite, de indistinção entre humano e inumano, de destruição do seu corpo-testemunha, ela conseguia reagir. Se o corpo se dilacerava e o universo de referência era destruído, ela, paradoxalmente, conta que a cada investida dos torturadores sentia-se mais forte, com mais ímpeto de resistir.⁶¹

Susel Rosa aponta a importância do encontro com outros presos políticos no tempo em que Nilce ficou detida na OBAN. A importância dos encontros afetivos

⁶⁰ CARDOSO, Nilce. 2009, apud ROSA, Susel. 2013, São Paulo. Página 70 e 71.

⁶¹ ROSA, Susel. *Mulheres, ditaduras e memórias: "não imagine que precise ser triste para ser militante"*. São Paulo, 2013. Página 75.

na vida de Nilce parece ter sido o combustível de continuação a resistência, o apoio que ela encontrava em seus colegas de cela e vice-versa a mantinha viva. Nesses encontros, Delsy Gonçalves de Paula foi peça fundamental para a representação afetiva de Nilce.

Delsy Gonçalves era militante da Ação Popular, junto com Nilce e estudante de filosofia e Ciências Sociais em Minas Gerais. Ficou presa também no DOPS/RS e depois foi para OBAN, em São Paulo. A amizade que estabeleceram fora usada contra elas durante as sessões de tortura em Delsy, fazendo com que Nilce, por estar fraca e não aguentar a tortura física, ficasse observando a amiga ser violentada a não ser que passasse as informações que os agentes queriam ouvir.

Mesmo permanecendo calada frente as violentas investidas dos torturadores em Delsy, Nilce relata que presenciar a tortura de sua amiga foi tão doloroso quanto qualquer outro processo de tortura. Mesmo frente essas circunstâncias, amizade das duas militantes passou a ser a razão pela qual as duas se forçavam a se manter vivas. A separação das duas só aconteceu depois de um mês em que Nilce estava na OBAN e foi transferida de volta para o DOPS de Porto Alegre.

Em julho de 1972, Nilce foi liberada do DOPS, mas teve sua vida vigiada pelos agentes do Estado por muito tempo, o governo de Médici incentivava a perseguição às organizações políticas, fazendo com que Nilce se isolasse de seus companheiros da Ação Popular. A experiência de dor, de fragilidade física, torturas psicológicas e de contato eminente com a morte fez de Nilce Cardoso uma mulher que resistia em todas essas situações descobrindo e redescobrando motivos para se manter viva.

Essa vivência de Nilce Cardoso demonstra um momento da Ditadura Militar, entre o final dos anos sessenta e início dos anos setenta, em que a tortura era meio e fim para se conseguir extrair informações acerca das diversas formas de resistências. Márcia Basseto, entretanto, viverá um momento conhecido popularmente como mais brando, no entanto, sua experiência analisada através de seu relato contrapõe a tese de Daniel Aarão Reis na qual defende o processo de fim da Ditadura Militar no final dos anos setenta⁶².

⁶² REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Na noite de 28 de abril de 1978, Márcia Basseto, Celso Bambriha e José Maria foram distribuir os jornais da Convergência Socialista (antiga Liga Operária) na saída das fábricas. Em outro carro estava Halley Margon, Ademir Marine e Edson Correa, nos quais os dois primeiros eram proletarizados e o último um “operário comum”. O primeiro carro em que Márcia estava chegou primeiro ao local de distribuição dos jornais, fazendo com que estes fossem presos primeiro.

Os códigos de segurança entre esses militantes eram de extrema importância. Quando o segundo carro chegou ao local de distribuição de panfletos, os companheiros perceberam que o ambiente estava vazio, fazendo com que Halley tomasse a decisão de voltar para o apartamento que dividia com Márcia e Ronaldo, imediatamente, e fugisse, junto com Ronaldo (marido de Márcia).

A gente tinha um certo código de segurança. Se a gente não chegasse até tal hora em casa, o Ronaldo ou o Halley pegava tudo e fugia, então foi isso que aconteceu. O Halley que tava no outro carro chegou em casa, então eles conseguiram pegar o máximo de coisas e fugiram, pois o mínimo que você tem que fazer é dar um endereço pra polícia.⁶³

Portanto, Ronaldo e Halley ficaram na clandestinidade, fugiram para um sítio da família de Halley no interior do país e enquanto Márcia estava presa junto com Celso e Edson no DOPS de São Paulo. Logo de início, Márcia combinou com Celso que eles fingiriam ser um casal, para que os agentes não procurassem o nome de Ronaldo.

Nos primeiros três meses de prisão, Márcia dividiu a cela com Anita Maria Fabri, sua companheira de apartamento em São Paulo. Juntas e separadas, as duas passaram por diversas sessões de tortura, envolvendo seus órgãos reprodutores e violências psicológicas. Acerca da memória de Márcia quanto esse momento, a ex militante afirma que por muito tempo não tinha se dado conta que a violência que ela passara era diferente e específica às mulheres,

A tortura comeu pesado, o fato de ser mulher, isso caiu a ficha para mim durante muito tempo depois, sabia? Foi quando eu dei a minha declaração para a Comissão Estadual da Verdade

⁶³ Entrevista de Márcia Basseto concedida à autora em 12/07/2017 em São Paulo.

e a Amelinha Perez me fez essa pergunta e pela primeira vez eu refleti a respeito, a gente ficou muito tempo sem falar da tortura.⁶⁴

O caso de Márcia acerca do reconhecimento de vítima da violência de gênero se mostra bastante comum entre as ex presas políticas. O horror do cárcere e a circulação de informações de que seus companheiros permanecem com sequelas físicas e psicológicas até hoje faz com que essas pessoas busquem minimizar a sua experiência na tortura. Márcia precisou passar por diversos projetos e processos, incluindo as clínicas de testemunho⁶⁵, fazendo com que conseguisse falar e reviver esses momentos para fazer seu depoimento na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Ao sair da prisão, busca-se apagar aquilo o que foi vivido, as redes de amizades e a família não querem fazer perguntas que possam constranger a vítima, então, enquanto o tempo passa, vai se abafando essa história de dor, mas de também muita resistência. Ao se reviver esses momentos, Márcia se deu conta que ao ser obrigada a dançar nua no “⁶⁶pau de arara” de frente a diversos policiais, enquanto tomava choque, era algo muito comum as mulheres e não aos seus companheiros homens.

⁶⁴ Entrevista de Márcia Basseto concedida à autora em 12/07/2017 em São Paulo.

⁶⁵ “As consequências da violência de Estado praticada no Brasil entre 1946 e 1988 se perpetuam nas vítimas mesmo depois de muitos anos. Nesse cenário, a falta de uma política pública que vise a reparar os efeitos psíquicos das violações representa uma negação do Estado em reconhecer os erros cometidos por seus agentes. A reparação apenas financeira e moral deixa uma fissura no campo psicológico que precisa ser abordada por meio de uma política pública de qualidade. A atenção psíquica às vítimas da violência do Estado brasileiro é, portanto, necessária na busca por uma reparação integral. Foi para aprofundar a Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política que surgiu o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia, que seleciona, por meio de Chamada Pública, projetos da sociedade civil para promoção de uma reparação simbólica, por meio de atenção psíquica a pessoas afetadas direta e indiretamente pela violência de Estado, ajudando a enfrentar os legados da ditadura. O projeto tem por objetivo a implementação de dispositivos e núcleos de apoio e atenção psicológica aos indivíduos, famílias e grupos afetados pela violência praticada por agentes do Estado entre 1946 e 1988. No âmbito do projeto, os atendidos podem falar de suas vivências por intermédio de escutas realizadas por uma equipe capacitada, com uma metodologia apropriada para lidar com traumas advindos da violência de Estado. A atenção psicológica gera também benefícios indiretos. Ao facilitar que experiências de violações sejam relatadas em um contexto clínico, o projeto permite levar, talvez pela primeira vez, conteúdos traumáticos da ordem do excesso psíquico à esfera do testemunho. Consolida, desta forma, narrativas que articulam a memória e a possibilidade de fala e que criam possibilidades de recomposição psíquica às pessoas atingidas.” <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/clinicas-do-testemunho-1> .

⁶⁶ Um dos mais utilizados instrumentos de tortura.

Sérgio Fleury, delegado do DOPS paulista e do caso de Márcia Basseto possuía um treinamento rígido em relação a tortura. Seus policiais que trabalhavam com ele também eram treinados a provocar sofrimentos internos e externos no corpo e nas mentes dos presos. Fleury foi responsável pelas mortes de Carlos Lamarca e Frei Tito enquanto liderava o grupo “esquadrão da morte”⁶⁷.

Além de ser torturada junto com Anita, era frequente que colocassem Márcia e Celso juntos durante as sessões de tortura, por acreditarem que eles fossem namorados, aumentando ainda mais a dor psicológica. O processo de tortura permaneceu por dez dias seguidos, nos quais os presos ficavam em estado de incomunicabilidade. Durante esse tempo, Celso recebeu um “telefone” fazendo com que um tímpano seu estourasse, a falta de cuidado médico resultou na surdez definitiva de um de seus ouvidos.

Durante os dez dias de incomunicabilidade, os presos eram considerados desaparecidos por seus familiares que não conseguiam ter acesso aos seus nomes nas fichas policiais. Esses dias eram, então, usados para extrair o máximo de informações que se poderia ter sob tortura. Após esse período, o prazo de incomunicabilidade podia ser prorrogado por mais dez dias, fazendo com que houvesse a prolongação das torturas. No final destes prazos os presos passavam por sessões de raios infravermelhos e eram obrigados a ingerir remédios para que quando fossem receber suas famílias e seus advogados não houvessem rastros da tortura.

No caso de Márcia Basseto, é interessante apontar para um evento singular após a sua prisão. Como Márcia e Celso trabalhavam em fábricas e eram conhecidos pelos membros dos sindicatos, quando estes sumiram dos seus locais de trabalho, dois operários – de nomes não identificados – se dirigiram ao DCE da USP e pediram publicamente a ajuda do movimento estudantil já que a repressão tinha levado dois de seus colegas de trabalho (Márcia e Celso).

O que aconteceu com a minha prisão é que no mesmo dia conseguiram denunciar aqui na USP, e dois operários vieram aqui no anfiteatro da história. O DCE que tinha quase um ano chamou uma reunião, que tinha mais de 200 pessoas e os operários fizeram uma declaração pedindo ajuda aos estudantes

⁶⁷ Olhar no Relatório de Mortos e Desaparecidos na Comissão Nacional da Verdade, volume III

pois alguns companheiros deles estavam sendo presos e nessa hora eu ainda era operária, porque eu só fui considerada estudante muito tempo depois, me mantive como operária e por conta disso, aquilo foi como pólvora.⁶⁸

Após meses presa, Márcia foi julgada e absolvida em 29 de novembro de 1977. Quando saiu das dependências do DOPS, a militante optou por continuar lutando contra a Ditadura e pela anistia. No entanto, o processo de passar meses sofrendo violências psicológicas e físicas fez com que Márcia não falasse sobre sua prisão, nem mesmo ao seu marido Ronaldo e a sua família.

Márcia em 1978 mudou-se para o Rio de Janeiro junto com Ronaldo, no entanto, este foi preso no mesmo ano, fazendo com que Márcia fugisse com Halley para se proteger de uma possível futura detenção. Nesta época a Liga Operária já estava se transformando em Convergência Socialista que estava em ligação direta com os metalúrgicos do ABC paulista, fazendo com que as mobilizações sociais e, principalmente, a relação entre estudantes e trabalhadores, ganhassem força para unir esforços para a luta pela abertura política brasileira, que se efetivará no início dos anos oitenta.

⁶⁸ Entrevista de Márcia Basseto concedida à autora em 12/07/2017 em São Paulo.

Conclusão

A trajetória de Nilce Cardoso, Márcia Basseto e Ana Nogueira buscaram ilustrar o que era ser mulher, militante, universitária e operária nos anos em que se sucederam a Ditadura Militar brasileira. Cada papel incorporado ou atribuído a elas pela sociedade contemporânea dessas mulheres representa uma forma de luta, tanto lutas internas sobre seus problemas e experiências individuais, quanto lutas externas relacionadas as organizações de esquerda, ao movimento operário, aos policiais da repressão e aos seus amigos e familiares.

Portanto, suas narrativas buscam ser interpretadas com um olhar cuidadoso sobre cada esfera da vida delas. No entanto, sem serem indissociáveis, mas pelo contrário, a análise aqui busca ser de forma fluida e interseccionada mostrando a influência de cada um desses papéis sociais inseridos dentro deles mesmos.

A questão do olhar de gênero é o fio condutor da narrativa. Nilce, Márcia e Ana tem suas experiências da forma que são dadas principalmente por serem mulheres. É através do ser mulher que todos seus outros papéis são remodelados. É de grande importância frisar aqui que assim como elas, diversas outras mulheres tiveram suas vidas afetadas pela experiência de ser militante mulher em uma sociedade patriarcal e conservadora.

A criação da Comissão Nacional da Verdade proporcionou a visibilidade dessas narrativas, trazendo consigo aparatos de proteção da memória e de cuidado com as vítimas, como as Clínicas de Testemunhos, por exemplo. Através da CNV historiadores e pesquisadores conseguiram ter acesso a fontes de pesquisa que auxiliam no eterno processo de reconstituição histórica, desvelando histórias e experiências, às vezes, não conhecidas.

Dentro dessa gama de novas narrativas e, portanto, novos olhares, busco concluir este trabalho em memória da militante Inês Etienne que nasceu em Niterói no ano de 1942. Quando adolescente se mudou para Minas Gerais e ingressou no curso de História. Ainda nessa época, Inês já participava dos sindicatos dos Bancários e dos movimentos estudantis. Em 1971 Inês ingressou então na VPR – Vanguarda Popular Revolucionaria - sendo logo presa por ser acusada de participar do sequestro do Embaixador Giovanni Bucher, orquestrado pelo militante Carlos

Lamarca. Foi então levada pelo regime militar para o Rio de Janeiro, mais especificamente, para a Casa da Morte em Petrópolis.

No ano de 1971 ficou presa oficialmente até 1979 como uma das últimas libertas políticas graças a Lei de Anistia. Foi quando Inês abriu suas memórias e relatou seus torturadores, o funcionamento das casas de tortura à OAB e mais tarde à comissão Nacional da Verdade.

Chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, cuja roupa estava marcada com as iniciais C.I.E (Centro de Informação do Exército), onde o interrogatório continuou. (...) colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). (...). Quando fui levada para a casa de Petrópolis, lá já se encontrava um camponês nordestino, Mariano Joaquim da Silva, cognominado Loyola. Conversamos três vezes, duas na presença de nossos carcereiros e uma a sós. Mariano foi preso no dia primeiro ou dois de maio, em Pernambuco. Após sua prisão, permaneceu vinte quatro horas em Recife, onde foi barbaramente torturado. Seu corpo estava em chagas. Em seguida, foi levado para aquele local, onde foi interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia trinta de maio, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira. Dr. Teixeira disse-me em princípio de julho que Mariano fora executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do Governo.⁶⁹

Assim como as militantes estudadas aqui, Inês Etienne também possuía aspectos em comum com outras militantes mulheres, mas também preservava a sua história certas especificidades. Uma dessas especificidades foi que Inês foi a única mulher a sair viva da Casa da Morte de Petrópolis. Inês, além de resistir fisicamente, continuou lutando e colaborando para mais pessoas terem acesso a histórias como a da dela, até 2015 quando faleceu.

Seu principal torturador denominado “Camarão” sofreu investigação pelo Ministério Público Federal, no entanto o Juiz Federal Alcir Luiz Lopes Neto

⁶⁹http://www.cartografiasdaditadura.org.br/files/2014/06/CASA-DA-MORTE_%C3%BAAlto_final.pdf

considerou que seu caso tivera sido abarcado na Lei de Anistia, absolvendo-o de todas as acusações. Assim como “Camarão”, diversos médicos, policiais, agentes do Estado, antigos generais que cometeram crimes e violaram os direitos humanos fundamentais a vida e a sua preservação a qualquer pessoa, permanecem soltos. A discussão acerca da revogação da Lei de Anistia é enorme e não cabe nesta conclusão. No entanto, é de importância ressaltar que enquanto esses agentes permanecem seguindo suas vidas de forma comum e normalmente, essas diversas mulheres tiveram seu corpo, sua mente e sua história ferida, na qual, em muitos casos, essas feridas não se recuperaram até os dias atuais.

Outro desafio que se faz presente é a dificuldade de se pesquisar as formas de torturas praticada nos homens, já que estes dificilmente relatam essas torturas quando estas estavam ligadas aos seus órgãos sexuais. São diversas razões para o silenciamento desses homens em relação a tortura sexual, mas um dos principais é que o “estatuto da masculinidade” estabelecido em sociedades patriarcais, como a brasileira, seria posto em questão, constringendo essas vítimas.

O estudo de relações de gênero durante a Ditadura Militar ainda tem muito a se ampliar, mas no que diz respeito as trajetórias de Nilce, Márcia e Ana pode-se perceber que a luta pelas liberdades democráticas para estas mulheres era um caminho para inserção destas na vida política, social e econômica. O processo de proletarianização pôde transferir essas militantes do universo universitário para o mundo do trabalho, possibilitando o descobrimento de novas formas de se expressar, lutar e resistir.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, 1996.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro, EDUSC, 1984.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos 1997

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. *A classe operária tem dois sexos*. Santa Catarina: UFSC, 1994

LEITE, Isabel Cristina. *Guerrilha e Revolução – A luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FAPERJ, 2015

PEDRO, Joana; SOIHET, Rachel. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2007, vol.27, n.54.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 7ª edição – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960 – Volume 5*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias*. São Paulo: FAPESP, 2013.

SÁ, Karolina Kneip. *Ação Popular do Brasil: da JUC ao racha de 1968*. Recife, 2015.

SALLES, J. *Guerrilha e Revolução: luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press. 1989.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

WOLFF, Cristina. *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina, 2010.

Fontes utilizadas:

Dossiês do Departamento de Ordem Política e Social

Entrevistas com Ana Nogueira e Márcia Basseto

Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Tomos I, II e III.

Arquivos Consultados:

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Arquivo online do projeto Brasil Nunca Mais